



Competências e Habilidades do Terapeuta Ocupacional para a Gestão em Saúde: Uma Experiência como Gestores do SUS em um Município de Alagoas

Skills and Competencies of Occupational Therapists in Health Management: An Experience as SUS Managers in a Municipality of Alagoas

Ewerton Cardoso Matias

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

Jéssica Bazílio Chaves

Secretaria de Saúde de Alagoas (SESAU)

Mara Cristina Ribeiro

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

Resumo: Este manuscrito relata a experiência de terapeutas ocupacionais egressos da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) em um município alagoano, destacando a relevância das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) na formação desses profissionais. O estudo, de caráter descritivo, aborda o exercício de cargos estratégicos de gestão entre 2017 e 2024, período em que os egressos atuaram como Secretário Municipal de Saúde e Coordenadora de Atenção Básica em Murici, município da Zona da Mata Alagoana. A experiência revelou a aplicabilidade das competências adquiridas durante a graduação, como liderança, comunicação, trabalho em equipe, tomada de decisão e compreensão ampliada dos processos saúde-doença e das políticas públicas. Os resultados demonstraram avanços significativos na rede municipal de saúde, com destaque para a implantação de novos serviços, como o programa Melhor em Casa, o Laboratório de Prótese Dentária e o Centro de Atenção para Autistas. Foram também implementadas ações inovadoras de promoção da saúde e fortalecimento da rede de cuidados, além do enfrentamento exitoso da pandemia de covid-19. Outro marco foi a elevação da pontuação do Indicador Sintético Final da Atenção Primária em Saúde, que saltou de 4,59 em 2021 para 10,00 em 2023, posicionando Murici entre os melhores desempenhos do estado. A experiência evidencia que a formação em Terapia Ocupacional da UNCISAL, alinhada às DCNs, possibilita o desenvolvimento de competências técnicas, políticas e relacionais fundamentais para a gestão pública em saúde, contribuindo para práticas inovadoras, equitativas e transformadoras no SUS.

Palavras-chave: gestão em saúde; ensino; atenção primária em saúde; terapia ocupacional

Abstract: This article reports the experience of occupational therapists graduated from the State University of Health Sciences of Alagoas (UNCISAL) in the management of the Brazilian Unified Health System (SUS) in a municipality of Alagoas, highlighting the relevance of the National Curricular Guidelines (DCNs) in the training of these professionals. This descriptive study addresses the exercise of strategic management positions between 2017 and 2024, during which the graduates served as Municipal Health Secretary and Primary Care Coordinator in Murici, a municipality located in the Zona da Mata region of Alagoas. The experience revealed the applicability of competencies acquired during undergraduate training,

such as leadership, communication, teamwork, decision-making, and a comprehensive understanding of health-disease processes and public policies. The results demonstrated significant advances in the municipal health network, including the implementation of new services such as the “Melhor em Casa” program, the Dental Prosthesis Laboratory, and the Autism Care Center. Innovative actions were also introduced to promote health and strengthen the care network, alongside the successful management of the covid-19 pandemic. Another milestone was the improvement in the Final Synthetic Indicator score of Primary Health Care, which rose from 4.59 in 2021 to 10.00 in 2023, placing Murici among the best-performing municipalities in the state. This experience highlights that the Occupational Therapy program at UNCISAL, aligned with the DCNs, enables the development of technical, political, and relational competencies essential for public health management, contributing to innovative, equitable, and transformative practices within SUS.

Keywords: health management; teaching; primary health care; occupational therapy.

INTRODUÇÃO

Ao abordar as competências e habilidades dos terapeutas ocupacionais no contexto contemporâneo, torna-se imprescindível resgatar os percursos históricos trilhados por esses profissionais, a fim de compreender os processos de constituição e desenvolvimento do campo. Esse resgate possibilita decifrar as conexões entre passado e presente e, ao mesmo tempo, situar o lugar atualmente ocupado pela Terapia Ocupacional nos diversos cenários de atuação e nas múltiplas políticas públicas em vigor no país (Reis; Lopes, 2018).

Nesse processo de consolidação profissional, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) configuram-se como um marco fundamental ao substituir os currículos mínimos, assumindo o compromisso de orientar a formação com base em competências e habilidades. No caso da Terapia Ocupacional, as DCNs (Brasil, 2002) reconhecem a diversidade de contextos nos quais a profissão historicamente se insere — hospitais, ambulatorios, consultórios, projetos sociais, sistemas prisionais, empresas, comunidades terapêuticas, creches e escolas — reafirmando a necessidade de preparar profissionais críticos, éticos e integrados às demandas sociais contemporâneas.

Dessa forma, as DCNs estabelecem como propósito a formação de profissionais aptos ao exercício qualificado da profissão, considerando um conjunto de competências e habilidades gerais e específicas (Roriz; Lins; Farias, 2023). Entre as competências gerais, destacam-se liderança, tomada de decisão, comunicação, administração e gerenciamento, fundamentais para enfrentar os desafios da prática em saúde, seja no setor público ou privado (Brasil, 2002). No âmbito das habilidades específicas, ressaltam-se o domínio dos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que atravessam a realidade brasileira; o reconhecimento da saúde como direito; a compreensão das relações entre saúde e sociedade; bem como a capacidade de atuar em múltiplas frentes — assistência, ensino, pesquisa, planejamento, gestão de serviços e políticas públicas, além de assessoria e consultoria em diferentes instituições (Brasil, 2002).

Nesse cenário, o perfil profissional da Terapia Ocupacional no Brasil tem se configurado como cada vez mais abrangente e integral, acompanhando as demandas complexas do sistema de saúde e da sociedade. Tal amplitude tem favorecido, inclusive, a inserção crescente de terapeutas ocupacionais em cargos de gestão, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que se consolida como espaço estratégico para a afirmação e fortalecimento de suas carreiras.

A Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), por meio do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Terapia Ocupacional (UNCISAL, 2024), alinha-se às diretrizes das DCNs ao oferecer uma formação crítica e ampliada sobre políticas públicas, saúde e sociedade. Essa perspectiva curricular tem possibilitado que seus egressos ultrapassem a dimensão estritamente assistencial e se projetem em funções estratégicas, contribuindo para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de saúde e assistência social pautadas na justiça, inclusão e equidade.

À luz desse contexto, o presente estudo tem como objetivo descrever a experiência de terapeutas ocupacionais, egressos da UNCISAL, na gestão da saúde em um município do estado de Alagoas, tomando como referência as competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Terapia Ocupacional.

MATERIAL E MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, centrado na atuação de dois terapeutas ocupacionais egressos da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), que desempenharam funções de gestão no Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Murici, Alagoas. Os profissionais ocuparam, respectivamente, os cargos de Secretário Municipal de Saúde e Coordenadora Municipal de Atenção Básica, com período de atuação compreendido entre janeiro de 2017 e dezembro de 2024, totalizando oito anos de condução das políticas de saúde locais.

O município de Murici, situado na Zona da Mata Alagoana, possui população aproximada de 25.933 habitantes e integra a 1ª Macrorregião, compondo a 3ª Região de Saúde do estado de Alagoas. A rede municipal de atenção à saúde é diversificada, compreendendo serviços de Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Atenção Ambulatorial Especializada, Vigilância em Saúde e Saúde Bucal, cujo fluxo assistencial deve ser regulado e coordenado pela Atenção Primária em Saúde (APS), reconhecida como porta de entrada preferencial pelos usuários devido à proximidade territorial e ao vínculo estabelecido entre equipes e comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desse manuscrito são advindos da experiência dos dois gestores da saúde, na cidade de Murici-AL, no período compreendido entre os anos de 2017 até 2024. Por se tratar de um recorte de oito anos, apresentam-se configurações que revelam uma rica vivência no sistema municipal de saúde, sem a pretensão de detalhar todos os passos técnicos, políticos e administrativos.

Durante o período de gestão, os profissionais enfrentaram desafios complexos relacionados à produção de bens e serviços de saúde, às micro e macrorrelações nas políticas públicas e às demandas decorrentes da interação com usuários e trabalhadores do SUS. Para superar essas demandas, mobilizaram competências adquiridas ao longo da formação acadêmica, complementadas por experiências profissionais e cursos de pós-graduação. A formação na UNCISAL provocou o início da construção de base sólida em competências como liderança, comunicação, trabalho em equipe, condução de grupos, tomada de decisão, adaptabilidade, empatia, criticidade e iniciativa frente às demandas da saúde pública, além de compreensão ampliada dos processos saúde-doença e domínio técnico e científico sobre políticas públicas e princípios do SUS.

Com base nesse repertório, os profissionais realizaram diagnóstico situacional das redes de saúde local, elaboraram planos de ação e definiram matrizes de intervenção, utilizando instrumentos de gestão e planejamento do SUS, fundamentados nas necessidades reais da população. Implantaram espaços coletivos de diálogo com trabalhadores e usuários, desenvolveram mecanismos de monitoramento institucional e acompanhamento dos processos de produção em saúde, e promoveram estratégias de participação social na formulação, controle e avaliação das políticas públicas. Adicionalmente, instituíram práticas sistemáticas de divulgação de informações em saúde, assegurando o direito à informação e à transparência na gestão do sistema, incluindo a comunicação à população assistida por meio das redes sociais da secretaria de saúde, bem como da prefeitura do município.

Dentre as principais reestruturações realizadas por esses profissionais, destaca-se o investimento inicial na multiprofissionalidade na APS. Essa estratégia consistiu na inserção e fixação, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), de profissionais que até então atuavam majoritariamente em nível ambulatorial, como terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, assistentes sociais e nutricionistas. Ao aproximar esses profissionais dos territórios, das pessoas, famílias e comunidades, ampliou-se e qualificou-se o escopo de atuação das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Essa reestruturação foi viabilizada a partir da implementação das diretrizes do então Programa Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), integrando esses profissionais ao cotidiano de trabalho das equipes da APS.

A experiência do município evidencia que os gestores envolvidos não apenas detinham conhecimento técnico, mas também demonstravam compreensão crítica

das políticas públicas de saúde em vigor. Isso se expressa na reorganização do serviço em conformidade com a portaria ministerial que regulamentava o NASF, a qual assegurava que:

Os NASF não se constituem em porta de entrada do sistema, e devem atuar de forma integrada à rede de serviços de saúde, a partir das demandas identificadas no trabalho conjunto com as equipes Saúde da Família (Brasil, 2008).

Os profissionais que protagonizaram esta experiência na gestão do SUS são egressos do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), formados nos anos de 2009 e 2013. Ambos construíram suas trajetórias profissionais com ênfase nas áreas de Saúde Coletiva e Saúde Mental, por meio de residências, pós-graduações, mestrado, atividades docentes e atuação direta em serviços do SUS.

Ao tratar sobre a conceituação da gestão em saúde, Pessoa et al (2020) refere que a mesma engloba um contexto sistemático de administração do sistema de saúde em todo o país. Para as autoras, os gestores enfrentam desafios que envolvem o gerenciamento de pessoal, políticas e técnicas, o que proporciona melhorias organizacionais, podendo assim, consequentemente, provocar avanços na qualidade do serviço de saúde pública no país.

Validando esse caminho percorrido por estes ex-gestores, Mei *et al.* (2023) em seu trabalho, discorre sobre aproximações da Terapia Ocupacional com a área da Saúde Coletiva. Os autores apontam que a busca por uma atuação voltada para essa área, fazem os terapeutas ocupacionais ingressarem em pós-graduações *strictu-sensu* e *lato sensu*, a exemplo das residências multiprofissionais; além, de ser considerada especialidade reconhecida pelo conselho federal, através da Resolução COFFITO no. 366, de 20 de maio de 2009.

Outra ação inicial de destaque na gestão desses terapeutas ocupacionais foi a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde (EPS) voltada a todos os trabalhadores da saúde do município. Essa iniciativa foi orientada pelas necessidades concretas e pelo cotidiano das equipes de atenção à saúde, como a disponibilização de profissionais com experiências em temáticas levantadas pelos profissionais, dessa forma, discutindo o processo de trabalho a partir de problemáticas existentes.

Consolidou-se como um marco nos processos de trabalho locais, configurando-se como um processo contínuo e articulado com os contextos reais de atuação. A EPS foi estruturada a partir dos anseios e demandas identificadas pelos próprios trabalhadores, contribuindo significativamente para a qualificação dos saberes, das práticas profissionais e dos ambientes de trabalho.

E, essa experiência local de consolidação da EPS dialoga com os desafios apontados por Gonçalves *et al.* (2019) em âmbito nacional. Os autores ressaltam que a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil ainda enfrenta obstáculos significativos, entre eles, a necessidade de articular os processos de capacitação às competências requeridas pelo trabalho em saúde,

além da adoção de metodologias pedagógicas inovadoras e da incorporação de tecnologias da informação, educação e comunicação nas práticas formativas.

Em se tratando de gestão, conforme apontado por Santos e Menta (2017), nas diretrizes curriculares que orientam a formação do Terapeuta ocupacional no Brasil, destacam-se conteúdos fundamentais relacionados à Administração e Gestão, especialmente no que se refere ao planejamento e à coordenação de serviços de saúde. Tais princípios abrangem, por exemplo, a avaliação de serviços, elaboração de planos, organização de recursos humanos, aplicação de técnicas de liderança, além de métodos de produção e supervisão de equipes, entre outros aspectos.

Outras graduações têm orientado a sua formação a partir desses mesmos preceitos, como a Medicina, que também tem se debruçado sobre a incorporação do ensino de gestão em saúde em seus projetos pedagógicos, como levantado no estudo de Pereira, Lima e Pinto (2022), ao referir que esse componente curricular, desde 2014, é um dos três campos de competência da formação médica, o que reafirma o compromisso com a criticidade, com os preceitos éticos e políticos do SUS, bem como com a interdisciplinaridade na formação.

Analisando o Projeto Político Pedagógico do curso de Terapia Ocupacional (PPC) da instituição formadora dos profissionais em questão, UNCISAL, é possível observar que desde o primeiro ano do curso, os discentes são conectados aos conteúdos envolvendo os aspectos (históricos, culturais, sociais, educacionais, epidemiológicos e políticos) que interferem no processo saúde-doença, os diversos sistemas e serviços de saúde e os processos históricos e políticos que contribuíram para a formação e incorporação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

O município de Murici foi premiado em diversas ocasiões, tanto pelas práticas exitosas implementadas quanto pela projeção estadual da gestão em saúde. Durante esse período, os gestores foram responsáveis pela ampliação e qualificação dos serviços de saúde, incluindo a implantação do programa “Melhor em Casa”, que se traduz pelo Serviço de atenção domiciliar, estratégia de cuidado intensivo para pessoas em condição de adoecimento em que se extrapola a oferta da Atenção primária, a criação do Laboratório de Prótese Dentária e do Centro de atenção para autistas – “CresSer Autista”, além da ampliação das especialidades médicas no município, como ortopedia, dermatologia, urologia, cardiologia e outros, o que evita com que a população de dirija aos atendimentos de média complexidade na capital do estado.

Um dos marcos mais significativos da gestão desses terapeutas ocupacionais foi o enfrentamento da pandemia da covid-19. Diante de um dos maiores desafios sanitários do mundo, conseguiram acolher o medo e angústias, e motivar o trabalhador para que ele mantivesse o funcionamento contínuo dos serviços e garantisse uma assistência eficiente e resolutive, com desfechos clínicos positivos para a população, apesar das várias vidas ceifadas. Durante a pandemia, a gestão da saúde foi premiada na Amostra Alagoas aqui tem SUS, promovida pelo Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas (COSEMS/AL), com o relato da experiência exitosa sobre a articulação das ações entre a APS e a Vigilância em saúde no período da emergência de saúde pública mundial.

Ao passo que a gestão foi acontecendo, e as necessidades foram surgindo, a organização da política de saúde local também exigia a idealização e execução de projetos inovadores, como Geração Nota 10, programa que trabalhou com a gamificação, a partir do alcance de metas estabelecidas para o pré-natal; NASF na Praça, programa de atividades físicas e de estímulo a funcionalidade em espaços públicos da cidade; AdoleSer, voltado à promoção da saúde mental e ao fortalecimento de práticas acolhedoras no ambiente escolar; o programa voltado para promover a saúde do trabalhador da saúde, utilizando muitas vezes das Prática integrativas e complementares do SUS para favorecer esse cuidado; e, a abertura das unidades de saúde no período noturno, para que o trabalhador da cidade pudesse ter acesso aos serviços de saúde no turno em que não estivesse no trabalho, proposta que muito beneficiou os trabalhadores do campo.

Outro resultado expressivo foi a elevação do desempenho da APS do município, onde a pontuação do Indicador Sintético Final (ISF) do Programa Previne Brasil, foi de 4,59 em 2021 para 10,00 em 2023, colocando a cidade na sétima posição entre os municípios com melhor desempenho na APS, em Alagoas, no momento de encerramento da gestão. É válido relatar que em 2024, o Centro de Atenção Psicossocial da cidade foi o primeiro a implantar o prontuário eletrônico do cidadão, vinculado ao sistema e-SUS da APS, no estado. Essa estratégia permitiu com que as informações entre os serviços de complexidades diferentes, pudessem ser compartilhadas entre os profissionais que acompanhavam os usuários, no caso citado, da saúde mental.

Segundo Chiavenato (2008), um bom gestor é aquele que reúne um conjunto de qualidades, recursos e competências para atingir objetivos de forma eficaz. Ao tratar sobre o Ser gestor no SUS, o manual do Conselho nacional dos secretários municipais de saúde, refere que:

Praticar a responsabilidade coletiva significa dizer que Ser Gestor (a) do SUS, exige um agir político de mediação e diálogo permanente, com participação do dirigente e sua equipe da secretaria municipal de saúde nas instâncias de decisão e de negociação, já existentes no arcabouço jurídico normativo do SUS (CONASEMS, p.16, 2021).

Corroborando com o que já apontava Cruz *et al.* (2014) sobre o papel do terapeuta ocupacional na gestão, esta experiência reforça a tendência crescente de inserção desses profissionais em espaços estratégicos da administração pública, resultado de formações que valorizam a compreensão crítica das políticas públicas e a articulação entre prática e teoria. A sólida capacidade técnica e gerencial desses terapeutas ocupacionais, permitiu a permanência nos cargos durante dois mandatos consecutivos da gestão municipal, resultando em importantes reconhecimentos institucionais.

No tocante às instâncias de pactuação, negociação e fiscalização, os dois profissionais foram assíduos nas reuniões da comissão intergestores regionalizada (CIR), Comissão Intergestores Bipartite (CIB), além das reuniões do Conselho

municipal de saúde. Todos esses espaços são regulamentados em território nacional, e foi por meio deles que a gestão municipal, assim como os processos decisórios dos autores desse relato de experiência foram fortalecidos. Isso permitiu que os instrumentos de gestão fossem discutidos e aprovados (conselho de saúde), pactuações para fortalecimento do SUS na região fossem discutidas (CIR), e discussão para assegurar o planejamento e o cuidado em saúde em todo o estado (CIB).

A experiência relatada demonstra que a formação desses profissionais na UNCISAL os possibilitou a trabalhar com habilidades fundamentais para o exercício da gestão pública, tais como visão sistêmica, comunicação eficiente, liderança, foco estratégico, planejamento, organização, inovação e a capacidade de motivar equipes. Esses atributos foram decisivos para o sucesso da prática gerencial desses terapeutas ocupacionais, confirmando a importância de uma formação pautada na integralidade, no compromisso social e na valorização das políticas públicas de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência apresentado evidencia que a formação do terapeuta ocupacional na Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), proporciona uma base sólida de competências e habilidades para a atuação em gestão de serviços de saúde. A trajetória dos profissionais analisados demonstra que a combinação entre conhecimento técnico, desenvolvimento de habilidades de liderança, comunicação, planejamento e capacidade de articulação intersetorial é fundamental para enfrentar os desafios complexos do Sistema Único de Saúde (SUS).

A vivência desses terapeutas ocupacionais na gestão pública de saúde permitiu constatar a eficácia da formação recebida na universidade, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e fundamentada em um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) comprometido com as demandas sociais, econômicas e políticas do contexto local. Tal formação demonstrou-se crucial na construção de um perfil profissional voltado à transformação da realidade social, evidenciado pela capacidade desses ex-gestores em conduzir políticas públicas de saúde, organizar instituições e serviços, bem como coordenar processos de trabalho e equipes multiprofissionais no município de Murici.

A experiência em Murici reforça a relevância da inserção de terapeutas ocupacionais em cargos estratégicos, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade e da organização dos serviços de saúde, bem como para a promoção de políticas públicas inclusivas e equitativas. Projetos inovadores e ações de gestão, como a implementação do programa Melhor em Casa, do Centro de Atenção para Autistas – CresSer Autista e de iniciativas voltadas à saúde materno-infantil e à promoção da APS, evidenciam que a formação acadêmica aliada à prática profissional possibilita resultados concretos e reconhecidos institucionalmente.

Portanto, este estudo evidencia que a formação baseada nas DCNs não apenas capacita os terapeutas ocupacionais para a prática clínica, mas também os habilita a assumir funções estratégicas na gestão pública, contribuindo para o fortalecimento do SUS e para a transformação da realidade social em diferentes níveis de atuação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 12, 19 fev. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES062002.pdf>. Acesso em: 1 set. 2025.
- BRASIL. CONASEMS. **Manual do (a) gestor (a) Municipal do SUS - diálogos no cotidiano.** Brasília, DF, 2.a edição digital - revisada e ampliada – p.16, 2021.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração.** 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- CRUZ, D. *et al.* **O papel do terapeuta ocupacional na gestão de serviços de saúde: contribuições e desafios.** Revista Brasileira de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 22, n. 3, p. 245–256, 2014.
- GONÇALVES, Cláudia Brandão; PINTO, Isabela Cardoso de Matos; FRANÇA, Tania; TEIXEIRA, Carmen Fontes. **A retomada do processo de implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 43, n. spe1, p. 1223, 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S101. Disponível em: ... Acesso em: ...
- MEI, André Eduardo; CARRETTA, Regina Yoneko Dakuzaku; BARROS, Nelson Filice de. **Terapia ocupacional e saúde coletiva: apontamentos sobre interdisciplinaridade a partir de uma narrativa autobiográfica.** Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica, Brasil, v. 2, n. 5, 2023. DOI: 10.56166/remici.2023.7.v2n5.5.46. Disponível em: <https://remici.com.br/index.php/revista/article/view/139>. Acesso em: 2 set. 2025.
- PEREIRA, C. B.; LIMA, A. M. S.; PINTO, H. A. **A Gestão em Saúde na graduação médica: abordagens e concepções nas diretrizes curriculares (2001-2014).** Revista Saúde em Redes, v. 8, n. 2, 2022.
- PESSOA, D. *et al.* **Os principais desafios da gestão em saúde na atualidade: revisão integrativa.** Braz. J. Hea. Rev., Curitiba, v. 3, n. 2, p.3413-3433 mar./apr. 2020. DOI:10.34119/bjhrv3n2-171.
- REIS, R. C.; LOPES, R. E. **Trajetórias e inserção profissional do terapeuta ocupacional no Brasil: desafios e perspectivas.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 26, n. 1, p. 12–23, 2018.

RORIZ, P.; LINS, F.; FARIAS, A. **Competências e habilidades na formação do terapeuta ocupacional: análise das Diretrizes Curriculares Nacionais.** Revista de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional, Brasília, v. 10, n. 2, p. 34–47, 2023.

SANTOS, R. S.; MENTA, S. A. **A formação do terapeuta ocupacional para gestão de serviços de saúde: um estudo em bases curriculares.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 43–51, mar. 2017. DOI: 10.4322/0104-4931.ctoAO0710.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS. **Projeto pedagógico do curso de Terapia Ocupacional: versão resumida.** Maceió: UNCISAL, nov. 2015.